Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

celepar +gov+tech

Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2021

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, Companhia controlada pelo Governo do Paraná, apresenta a seus acionistas e à sociedade este relatório de suas principais realizações em 2021 e o conjunto completo de suas demonstrações contábeis.

A pandemia da COVID-19 acelerou uma tendência global de digitalização dos negócios em todas as organizações, fortalecendo as empresas de tecnologia focadas no design de novas soluções integradas. Neste cenário, a demanda governamental pela automação de processos e serviços cresceu, gerando inúmeras oportunidades de crescimento para a Celepar, cuja receita bruta cresceu 10,5 % em 2021, para R$ 346 milhões. Este fortalecimento gerou condições da Companhia realizar importantes investimentos em infraestrutura computacional, que melhoram a capacidade do Datacenter do Governo do Paraná e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Um dos investimentos de destaque foi a atualização tecnológica do NAS Corporativo, aumentando o espaço de armazenamento de dados disponível para as soluções que atendem à população.

Em 2021, em parceria com a FIEP, a Celepar elaborou seu Planejamento Estratégico 2022 - 2026, identificando tendências para o futuro do governo digital, definindo os eixos de posicionamento da Companhia e identificando seus direcionadores estratégicos, para estabelecer objetivos e projetos para o futuro da Companhia. Uma das principais estratégias é a de fomentar conexões com todo o ecossistema de inovação paranaense, atuando por meio de múltiplas parcerias.

Neste sentido, importantes parcerias foram firmadas neste ano, como com a Hotmilk, aceleradora do setor acadêmico da PUCPR, com o Instituto de Cidades Inteligentes (ICI) e com órgãos governamentais como o Tecpar e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), além de parcerias com municípios paranaenses.

Exemplos de inovação também se materializam dentro da Companhia:

- nova área interna focada em Internet das Coisas (IoT), composta por especialistas dedicados a buscar soluções para o governo neste universo promissor, em especial com a vinda do 5G para o Brasil;
- novo laboratório (C.Lab) para avaliação da experiência dos usuários no uso de aplicativos e sistemas, destinado à melhoria contínua da qualidade dos serviços desenvolvidos pela Celepar.
- lançamento da universidade corporativa, a nova plataforma de conhecimento e aperfeiçoamento dos colaboradores da Companhia.

Um projeto já consolidado para o Governo do Estado é o Paraná Inteligência Artificial (PIA), que atingiu em 2021 a marca de 500 mil usuários cadastrados. No portal, os cidadãos podem acessar mais de 680 serviços estaduais de forma digital em um único canal de diálogo que atende as demandas da sociedade paranaense. Uma das missões da Celepar é descomplicar a vida do cidadão paranaense. Para atingir esse objetivo, tem sido aplicadas inovadoras metodologias de sprints e workshops, para entender a necessidade de órgãos do Estado, construindo coletivamente uma solução, pensando tanto na facilidade da gestão da administração pública quanto na população. Foi assim que nasceu o novo aplicativo PRPREV, com diversos serviços para aposentados, pensionistas e beneficiários atendidos pela Paraná Previdência.

Destacamos a seguir algumas importantes realizações deste ano:

Escola Paraná 2.0: nova versão do aplicativo que reúne inúmeros serviços para a comunidade de alunos, pais e responsáveis.

Farmácia Paraná Digital: serviço online que permite a solicitação dos medicamentos fornecidos pelas Farmácias do Paraná com análise de documentação dos medicamentos, registro de solicitação e agendamento do dia e horário para buscar os remédios.

FiscalizaPR: aplicativo com tecnologia OCR capaz de ler placas de veículos, utilizado na fiscalização de atrasos no pagamento de débitos de veículos.

Paraná Cultura: plataforma de streaming voltada à divulgação da produção cultural paranaense.

Paraná Pay: nova opção do aplicativo Nota Paraná para que os cidadãos possam utilizar seus créditos para fomentar a indústria do turismo no Estado.

Segunda via Fácil: ampliação dos serviços digitais para a obtenção da segunda via da carteira de identidade.

Primeira Companhia pública de tecnologia do país, fundada há 57 anos, a Celepar permanece focada em soluções digitais para a sociedade, visando transformar o Estado em um prestador de serviço mais simples, digital e intuitivo, otimizando processos, eliminando burocracias e promovendo a qualidade de vida, ao conectar governo e cidadão de forma ágil, segura e simples.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R$ 1)

ATIVO

	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		159.185.686	140.058.728
Caixa e Equivalentes de Caixa	"3.4" e "4"	102.640.566	97.032.293
Contas a Receber de Clientes	"3.5" e "5"	42.430.861	32.700.207
Tributos a Recuperar	"6"	11.715.937	7.692.749
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados		67.705	95.293
Estoques	"3.6"	314.731	702.467
Outros Créditos		237.317	147.307
Despesas Antecipadas		1.778.569	1.688.412
NÃO CIRCULANTE		97.175.002	88.412.746
Realizável a Longo Prazo		33.070.949	33.083.486
Tributos diferidos	"7"	15.948.737	13.600.704
Depósitos para recursos	"8.1"	16.500.662	15.045.852
Despesas antecipadas e outros créditos	"8.2"	621.550	4.436.930
Investimentos	"3.7"	523.217	523.217
Imobilizado	"3.8" e "9"	52.232.227	43.527.543
Intangível	"3.9" e "10"	11.348.609	11.278.100
TOTAL DO ATIVO		256.360.688	228.471.474

PASSIVO

	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		82.056.701	77.680.490
Fornecedores	"3.12"	10.483.966	6.604.870
Obrigações Sociais e Trabalhistas	"11"	28.595.531	21.211.193
Obrigações Fiscais e Tributárias	"12"	7.996.120	7.098.254
Programa de Aposentadoria Incentivada	"17"	1.045.091	6.549.153
Provisão Benefícios Emprego/Pós Emprego	"19"	2.515.627	776.781
Provisão para Demandas Judiciais	"3.13" e "13"	25.313.063	30.312.962
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	"15"	5.986.521	4.988.767
Outras Obrigações		120.782	138.510
NÃO CIRCULANTE		6.650.522	6.892.014
Depósitos em Caução	"16"	443.169	484.528
Programa de Aposentadoria Incentivada	"17"	-	1.045.091
Provisão Benefícios Emprego/Pós Emprego	"19"	3.958.886	5.362.395
Tributos Diferidos	"7"	2.248.467	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.653.465	143.898.970
Capital Social	"18.1"	100.000.000	100.000.000
Reservas de Capital	"18.2"	13.648.780	8.660.013
Reserva Legal	"18.3"	9.081.110	8.114.450
Reserva de Lucros	"18.5"	40.558.904	28.192.365
Superávit/Déficit Atuarial	"18.6"	4.364.671	(1.067.858)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		256.360.688	228.471.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R$ 1)

	Notas	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	"21"	284.737.878	258.451.600
Custo dos Serviços Prestados		(189.772.108)	(184.267.898)
LUCRO BRUTO		94.965.770	74.183.702
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(72.670.544)	(50.974.510)
Gerais e Administrativas	"22"	(51.573.911)	(51.085.702)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	"23"	(21.096.633)	111.192
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		22.295.226	23.209.192
Receitas Financeiras	"24"	7.189.017	4.755.616
Despesas Financeiras	"24"	(18.539)	(263.543)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL		29.465.704	27.701.265
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	"14"	(13.030.646)	(7.583.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	"7"	2.898.141	(576.733)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.333.199	19.540.740
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais)		0,1933	0,1954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R$ 1)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Reserva Especial de Lucros	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes: Superavit/ Déficit Atuarial	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2019	100.000.000	8.660.013	7.137.413	14.628.662	-	-	130.426.088
Resultado Atuarial Líquido (nota 18.6)	-	-	-	-	-	(1.067.858)	(1.067.858)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	19.540.740	-	19.540.740
Destinações Propostas:							
Reservas Legal (nota 18.3)	-	-	977.037	-	(977.037)	-	-
Juros sobre Capital Próprio-JCP (nota18.4)	-	-	-	-	(5.000.000)	-	(5.000.000)
Transferência para Reserva Esp. de Lucros (nota18.5)	-	-	-	13.563.703	(13.563.703)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	100.000.000	8.660.013	8.114.450	28.192.365	-	(1.067.858)	143.898.970
Resultado Atuarial Líquido (nota 18.6)	-	-	-	-	-	5.432.529	5.432.529
Reversão de JCP para Reserva de Capital (nota 25)	-	4.988.767	-	-	-		4.988.767
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	19.333.199	-	19.333.199
Destinações Propostas:							
Reservas Legal (nota 18.3)	-	-	966.660	-	(966.660)	-	-
Juros sobre Capital Próprio-JCP (nota18.4)	-	-	-	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Transferência para Reserva Esp. de Lucros (nota18.5)	-	-	-	12.366.539	(12.366.539)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	100.000.000	13.648.780	9.081.110	40.558.904	-	4.364.671	167.653.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO
(Em R$ 1)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	19.333.199	19.540.740
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	13.661.305	12.179.542
Valor Residual do Imobilizado e Intangível Baixado (nota 9.b e 10.b)	12.395	32.870
Resultado atuarial líquido (nota 18.6)	5.432.529	(1.067.858)
(Reversão) Constituição de Provisão Impostos Diferidos (nota 7)	(99.566)	(1.126.841)
Programa de Aposentadoria Incentivada (nota 17)	(1.045.091)	6.821.115
(Reversão) Constituição de Provisões p/ Benef. Emp. e Pós Emprego(nota 19)	(1.403.509)	(2.322.325)
(Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais (nota 13)	(4.999.899)	(293.975)
	30.891.363	26.942.153
(Aumento)Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	(9.730.654)	26.289.394
Tributos a Recuperar	(4.023.188)	(1.496.614)
Estoques	387.736	(359.497)
Despesas Antecipadas de Curto Prazo	(90.157)	128.952
Depósitos Judiciais	(1.454.810)	(354.941)
Outros Ativos	3.752.958	(264.420)
	(11.158.115)	23.942.874
Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Fornecedores	3.879.096	(4.644.584)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.384.338	1.944.167
Obrigações Fiscais e Tributárias	897.866	107.701
Programa de Aposentadoria Incentivada	(5.504.062)	13.788
Provisões p/ Benefício Emprego e Pós Emprego	1.738.846	(405.283)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	997.754	(662.447)
Outras Obrigações	(17.728)	(47.028)
Depósitos em Caução	(41.359)	17.016
	9.334.751	(3.676.670)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	29.067.999	47.208.357
Atividades de Investimentos		
Aplicação em Investimentos	-	(14.000)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(18.215.022)	(301.432)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	(4.233.471)	(1.245.762)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(22.448.493)	(1.561.194)
Atividades de Financiamentos		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (nota 18.4 e 25)	(11.011.233)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(11.011.233)	-
Redução (Aumento) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.608.273	45.647.163
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	97.032.293	51.385.130
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	102.640.566	97.032.293
	5.608.273	45.647.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores em R$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, CNPJ 76.545.011/0001-19, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Casa Civil, tem como objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais (R$ 1).

2.1 Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2021, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião realizada em 22 de março de 2022.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Os administradores também acompanham cuidadosamente todas as deliberações das autoridades de saúde do Estado e dos municípios em que a Companhia atua, adotando as medidas preventivas de sanitização de ambientes e de veículos, monitoramento de entrada e circulação de pessoas em suas dependências, proteção dos trabalhadores e adoção de teletrabalho para algumas atividades, de modo a minimizar os impactos da pandemia de Covid-19 em suas atividades. Considerando que o novo cenário mundial reforçou o uso de soluções tecnológicas por todas as organizações, o ramo de atividade da Companhia não sofreu efeitos negativos até o momento, motivo que reforça a percepção que não há impactos negativos da pandemia a serem considerados na continuidade dos negócios ou nas estimativas contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: obrigações junto à fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuam valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das Demonstrações Contábeis se faz necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações (Nota 13).

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece no caixa, saldo de contas correntes e aplicações financeiras de resgate imediato.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado".

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na análise dos créditos a receber e seu comportamento histórico no que tange à inadimplência, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber decorrentes de sua prestação de serviços ou decorrentes de cessão funcional.

A "NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente" estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes na NBC TG 30 - Receitas, NBC TG 17 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com esse Pronundamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Celepar e não identificaram impactos significativos na aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

A administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das

exigências do CPC 27, quanto às taxas de depreciação utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Imobilizado e pôde concluir que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tampouco ajustes contábeis necessários ou riscos de *impairment* nos exercícios contemplados nas presentes demonstrações. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos inicialmente em 2015 e continuam em acompanhamento, sendo que eventuais ajustes que surgirem serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.
Ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do Imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.
O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.9 Intangível
Itens do Ativo Intangível são amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso.
O valor contábil líquido do Ativo Intangível é avaliado segundo os preceitos dos CPC 04 – Ativo Intangível e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos
A administração pretende revisar quando necessário o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes
Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando são de característica permanente ou quando é provável que sua realização se dará em prazo superior a doze meses.

3.12 Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como Passivo Não Circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação econômica e, subsequentemente sofrem amortização parcial ou total de acordo com a realização dos pagamentos.

3.13 Provisão para Contingências
A Companhia adota os conceitos estabelecidos na NBC TG 25 (R2) sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (Nota 13)
As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:
Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.
Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações contábeis; para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes
Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os passivos demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, são classificados como Circulantes quando sua exigência/liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando é provável que sua exigência/liquidação se dará em prazo superior a doze meses.

3.15 Tributação
As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à incidência direta da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), do Imposto Sobre Serviços (ISS), do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às alíquotas vigentes na região de atuação da Companhia e de acordo com a atividade exercida pela mesma, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de prestação de serviços para fins de apuração do resultado.
Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e COFINS são deduzidos do custo dos serviços prestados na Demonstração de Resultado do Exercício.
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real anual e classificados em corrente ou diferido, conforme segue:
Corrente – O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R$ 240.000/ano) para o Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.
Diferido – O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e base negativa, bem como com base nas diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, somente na data de sua realização.
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos são constituídos em conformidade com o CPC 32 – tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

3.16 Lucro por Ação
O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/quantidade de ações" que formam o capital social da Companhia".

3.17 Distribuição de Lucros
A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (JCP) é considerado na apuração do lucro real para cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O cálculo do JCP é efetuado quando determinado pela diretoria e o seu reconhecimento ocorre quando autorizado pelo Conselho de Administração. A partir do exercício 2020, os juros sobre capital próprio passaram a ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

3.18 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros "Impairment"
A Celepar adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.
Nesse exercício, a Celepar não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2021	2020
Recurso em Bancos - conta corrente	19.206	491.635
Aplicações Financeiras	102.621.360	96.540.658
Total	**102.640.566**	**97.032.293**

As aplicações financeiras estão compostas por fundos de renda fixa de curto prazo no Banco do Brasil e Banco Santander (Brasil).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os créditos estão representados, substancialmente, por operações com órgãos do governo Municipal e Estadual.

Descrição	2021	2020
Clientes a Receber	42.430.861	32.700.207
Total	**42.430.861**	**32.700.207**

Em 2021, as contas a receber de clientes totalizam R$ 46.105.258, porém foi reconhecido perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de R$ 3.674.397 com base nos valores em aberto há mais de um ano, pois só a partir desse prazo a administração considera que há risco de não recebimento de tais contas.
Em 31/12/2021 as contas a receber de clientes apresentavam o seguinte tempo de vencimento:

Prazos dos valores vencidos e a vencer	Valores em 31/12/2021
Vencido há mais de 730 dias	3.673.670
Vencido há mais de 365 dias	727
Vencido entre 181 e 365 dias	117.086
Vencido entre 151 e 180 dias	44.283
Vencido entre 121 e 150 dias	34.037
Vencido entre 91 e 120 dias	44.628
Vencido entre 61 e 90 dias	8.560.083
Vencido entre 31 e 60 dias	45.775
Vencido até 30 dias	7.940.118
A vencer até 30 dias	25.644.851
Total	**46.105.258**

6. TRIBUTOS A RECUPERAR
São registradas as antecipações de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos recolhimentos em regime de estimativa que excedem o valor de tais tributos no exercício por ocasião do ajuste anual, de acordo com os dispositivos legais, nas contas de IRPJ a Compensar e CSLL a Compensar.
As retenções de tributos sobre as notas fiscais emitidas pela Companhia (PIS/COFINS/ CSLL e IRRF), quando aplicáveis, estão registradas em contas individualizadas e são compensadas de acordo com a legislação tributária vigente.

Tributos a recuperar	2021	2020
Contribuição Social Retida sobre faturamento	6.153	42.062
IRPJ a Compensar	8.881.162	5.626.596
CSLL a Compensar	2.481.164	1.638.821
COFINS retida sobre faturamento	116.079	163.812
PIS retido sobre faturamento	18.871	29.213
Outros Impostos a Recuperar	212.508	212.245
Total	**11.715.937**	**7.692.749**

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e de 9% para a Contribuição Social (CSLL).
Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.
Para uma melhor apresentação contábil e de comparabilidade entre os exercícios, o saldo de tributos diferidos ativo, classificado no ativo circulante no exercício de 2020, foi reclassificado para o ativo não circulante.
Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2021:

Ativos fiscais diferidos	2021	Movimentação do Período	2020
Provisão para Processos Trabalhistas	8.143.568	(28.210)	8.171.778
Provisão para Benefícios Emprego e Pós Emprego	855.313	591.208	264.105
Provisão para Processos Tributários	221.000	14.545	206.455
Provisão para Outras Ações	241.874	(1.686.300)	1.928.174
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.637.580	430.602	1.206.978
Provisão para Acordo Coletivo de Trabalho	2.634.923	2.634.923	-
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.352.197	1.352.197	-
Provisão p/ Benefícios Emprego e Pós Emprego	862.282	(410.823)	1.273.105
Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL)	-	(550.109)	550.109
Total	**15.948.737**	**2.348.033**	**13.600.704**

Passivos fiscais diferidos	2021	Movimentação do Período	2020
Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL)	2.248.467	2.248.467	-
Total	**2.248.467**	**2.248.467**	**-**

8. CRÉDITOS DE LONGO PRAZO
Além dos créditos fiscais diferidos de longo prazo, no Ativo Realizável a Longo Prazo são registrados valores com expectativa de realização superior a um exercício social, conforme segue:

8.1 DEPÓSITOS PARA RECURSOS

Descrição	2021	2020
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	14.240.821	12.487.321
Judiciais Diversos	2.259.841	2.558.531
Total	**16.500.662**	**15.045.852**

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Descrição	2021	2020
Outros créditos - longo prazo	-	**3.478.824**
Previcel - Previdência Privada da Celepar	3.977.049	3.478.824
(-) Perda Estimada Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.977.049)	-
Despesas Antecipadas - longo prazo	**621.550**	**958.106**
Despesas Antecipadas com software	621.550	958.106
Total	**621.550**	**4.436.930**

Conforme deliberado na 357ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, foi contabilizada perda estimada para crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 3.977.049 devido à incerteza de recebimento de valores referentes à cessão de empregados à Previcel, objeto do processo judicial 0003805-58.2012.4.01.3400.

9. IMOBILIZADO
a) Composição do Imobilizado

	% (*)	2021 Custo Corrigido	2021 Depreciação Acumulada	2021 Valor Líquido	2020 Valor Líquido
Terrenos	-	284.200	-	284.200	284.200
Edificações e Instalações	4 e 10	45.138.173	(21.674.457)	23.463.716	25.964.518
Equipamentos	10 e 20	87.513.479	(59.789.313)	27.724.166	16.207.147
Móveis e Utensílios	10	6.024.832	(5.264.687)	760.145	1.072.078
Total		**138.960.684**	**(86.728.457)**	**52.232.227**	**43.527.943**

* Taxas anuais de depreciação
b) Movimentação do Imobilizado

	2020 Valor Líquido	2021 Adições	2021 Depreciação	2021 Baixa de bens	2021 Depreciação baixada	2021 Valor Líquido
Terrenos	284.200	-	-	-	-	284.200
Edificações e instalações	25.964.518	-	(2.500.802)	(67.341)	67.341	23.463.716
Equipamentos	16.207.147	18.164.044	(6.647.025)	-	-	27.724.166
Móveis e Utensílios	1.072.078	50.978	(362.911)	(227.752)	227.752	760.145
Total	**43.527.943**	**18.215.022**	**(9.510.738)**	**(295.093)**	**295.093**	**52.232.227**

10. INTANGÍVEL
a) Composição do Intangível

	% (*)	2021 Custo Corrigido	2021 Amortização Acumulada	2021 Valor Líquido	2020 Valor Líquido
Sistemas de Suporte	20,25,33,50 ou 100	51.880.619	(40.532.697)	11.347.922	11.265.018
Outros Intangíveis	-	687	-	687	13.082
Total		**51.881.306**	**(40.532.697)**	**11.348.609**	**11.278.100**

* Taxas anuais de amortização
b) Movimentação do Intangível

	2020 Valor Líquido	2021 Adições	2021 Amortização	2021 Baixa	2021 Amortização baixada	2021 Valor Líquido
Sistemas de Suporte	11.265.018	4.233.471	(4.150.567)	(1.712.235)	1.712.235	11.347.922
Outros Intangíveis	13.082	-	-	(12.395)	-	687
Total	**11.278.100**	**4.233.471**	**(4.150.567)**	**(1.724.630)**	**1.712.235**	**11.348.609**

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO
As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia são compostas por:

Descrição	2021	2020
Provisão de Férias e Encargos	18.422.891	18.848.068
Previdência Social	1.332.137	1.299.464
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.050.979	1.029.405
Provisão para reajuste do Acordo Coletivo de Trabalho	7.749.775	-
Outras Obrigações	39.749	34.256
Total	**28.595.531**	**21.211.193**

Conforme determinado em 25/08/2021 pela Diretoria Administrativo-Financeira, foi constituída provisão para valores de reajustes propostos para o Acordo Coletivo de Trabalho que será revertida assim que a negociação do Acordo Coletivo findar e os valores de reajustes retroativos (desde maio/2021) forem liquidados.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DE CURTO PRAZO
As obrigações fiscais e tributárias da Companhia são compostas por:

Descrição	2021	2020
Cofins a Recolher	1.876.634	1.628.525
ISS a Recolher	1.589.236	1.329.101
IRRF a Pagar	2.436.393	2.375.607
Previdencia Social sobre a Receita a Pagar	1.398.217	1.199.385
Contribuições(4.65%) retidas a recolher	290.327	213.172
PIS a Recolher	405.313	352.464
Total	**7.996.120**	**7.098.254**

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS
As provisões para demandas judiciais apresentaram a seguinte movimentação em 2021:

Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Outras Ações	TOTAL
Saldo Exercício 2020	24.034.641	607.221	5.671.100	30.312.962
Reversão em 2021 das Provisões constituídas em 2020	(24.034.641)	(607.221)	(5.671.100)	(30.312.962)
Constituição de Provisões em 2021	23.951.671	650.000	711.392	25.313.063
Saldo Exercício 2021	**23.951.671**	**650.000**	**711.392**	**25.313.063**

13.1 Processos Trabalhistas
A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificada de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, com base no valor de perda estimada, estando assim distribuídos:
a) Provável - R$ 23.951.671 (R$ 24.034.641 em 2020);
b) Possível - R$ 3.505.386 (R$ 2.401.922 em 2020);
c) Remota - R$ 1.645.351 (R$ 2.196.516 em 2020).

13.2 Processos Tributários
A provisão de R$ 650.000 classificada com risco de perda provável para contingência tributária refere-se ao processo administrativo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E/Receita Federal. Há ainda processos administrativos junto a Receita Federal do Brasil que não foram avaliados pelos assessores jurídicos por não se encontrarem com ou em fase de depósito em garantia. Tais processos são referentes à discussão com tal órgão de não homologação de valores referentes à compensações de IRRF e CSLL retidos por clientes sobre as notas fiscais emitidas pela Celepar, bem como multa, juros e atualizações sobre tais valores.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis
Foi considerada também a probabilidade de perda para outras ações, referente a ações cíveis contra a Celepar de risco provável no valor de R$ 711.392. Existem contra a Companhia outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em um montante de R$ 9.728.900, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Também há outras ações cíveis movidas pela Celepar contra terceiros com êxito provável (R$ 10.445.651), êxito possível (346.828) ou êxito remoto (R$ 162.836) sem necessidade de qualquer tratamento contábil por serem ações movidas pela Companhia contra terceiros.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
A Companhia reconheceu no exercício de 2021, com base no lucro real, os montantes de R$ 9.382.873 (R$ 5.462.660 em 2020) de provisão líquida para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R$ 3.647.773 (R$ 2.121.132 em 2020) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R$ 13.030.646 (R$ 7.583.792 em 2020) em obediência à legislação tributária federal.
A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício 2021:

Descrição	CSLL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	29.465.704	25.817.931
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	3.647.773
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	64.755.967	64.755.967
(-) Exclusões	(53.690.858)	(53.690.858)
(=) Base de Incidência da CSLL e IRPJ antes dos incentivos fiscais	40.530.813	40.530.813
CSLL e IRPJ calculados pela aplicação da alíquota definida em lei	3.647.773	10.108.704
(-) Incentivos fiscais	-	(726.831)
CSLL e IRPJ sobre o resultado do exercício	**3.647.773**	**9.382.873**

No cálculo do lucro real para incidência da CSLL e IRPJ, as principais adições são a constituição de provisões, os incentivos fiscais indedutíveis e as perdas indedutíveis, enquanto que as principais exclusões são os juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo obrigatório e a reversão de provisões.

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR
No exercício de 2021, foram apropriados com data de 31/12/2021, juros sobre capital próprio (JCP) no valor total de R$ 6.000.000 (R$ 5.000.000 em 2020), creditados contabilmente à cada acionista de acordo com o percentual de sua participação societária e cujo pagamento ou reversão para Reservas caberá à Assembleia Geral de Acionistas.
Seguindo o ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, o valor dos Juros sobre Capital Próprio foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício 2021 e seu valor líquido de IRRF (R$ 5.986.521) permanecerá no Passivo Circulante até a deliberação da Assembleia, conforme acima mencionado.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO
A Companhia recebe cauções como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato. Valores suficientes para devolução das cauções corrigidas aos fornecedores, quando devida, são mantidos em aplicação financeira pela Companhia.

Descrição	2021	2020
Caução	443.169	484.528
Total	**443.169**	**484.528**

17. PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA
Em 06/11/2018 foi instituído por meio de Acordo Coletivo de Trabalho Específico, o PAI-Programa de Aposentadoria Incentivada com vigência de 12/11/2018 à 11/03/2019 a fim de incentivar o desligamento da Companhia de empregados já aposentados pelo INSS que cumprissem outros requisitos constantes no Acordo. O valor total do benefício de cada optante pelo plano tem pagamento em 36 parcelas mensais que passou a vencer a partir do mês seguinte ao de desligamento (entre 30 à 60 dias após a opção).
A medida em que ocorreram as adesões ao programa, o valor total do incentivo foi provisionado e quando ocorreram os efeitos desligamentos em 2018 e 2019, o valor total do incentivo foi reconhecido como despesa, haja vista ter se dado de forma irretratável o fato gerador da obrigação. Em 31/12/2021 o saldo devido aos desligados através do referido programa totalizava R$ 1.045.091 (R$ 7.594.244 em 31/12/2021) com vencimento no curto prazo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social
O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 100.000.000 é representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 por ação.

18.2 Reservas de Capital
As Reservas de Capital são constituídas de Subvenções para Incentivos Fiscais com saldo de R$ 207.687, remanescente de exercícios anteriores e Reserva para Aumento de Capital com saldo de R$ 13.441.093 que foi constituída em 2014 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R$ 5.818.356, conforme deliberação da 63ª Assembleia Geral Extraordinária(AGE), em 2018 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) de R$ 2.631.014, conforme deliberação da 69ª Assembleia Geral Extraordinária(AGE) , em 2019 pela reversão de dividendos de R$ 2.956, conforme deliberação da 56ª Assembleia Geral Ordinária(AGO), e em 2021 pela reversão de remuneração do capital próprio(JCP) de R$ 4.988.767 conforme deliberação da 59ª Assembleia Geral Ordinária(AGO), reserva essa constituída visando futuro aumento de capital social da Companhia.

18.3 Reserva Legal
A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social. Em 2021, R$ 966.660 foram destinados à Reserva Legal (R$ 977.037 em 2020).

18.4 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio imputados ao Dividendo Mínimo Obrigatório
De acordo com o art. 73 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Como em 2021 os juros sobre capital próprio de R$ 6.000.000 (R$ 5.000.000 em 2020) foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, não houve necessidade de reconhecimento de qualquer outro valor como dividendos. O valor dos juros sobre capital próprio que cabe a cada acionista, conforme participação societária, está detalhado na nota explicativa 25.

18.5 Reserva de Lucros
No exercício 2021 foi destinado à Reserva Especial de Lucros o valor de R$ 12.366.539 (R$ 13.563.703 em 2020), resultante da diferença entre o valor do lucro líquido do exercício e a soma dos dividendos/juros sobre capital próprio imputados ao dividendo obrigatório e da Reserva Legal constituída no exercício, destinando-se essa Reserva Especial de Lucros à futura utilização conforme legislação vigente e deliberação dos acionistas.

18.6 Ajustes de avaliação patrimonial
Os ajustes de avaliação patrimonial apresentados no Patrimônio Líquido a partir de 31/12/2020 são decorrentes da contabilização de valores apontados no laudo atuarial envolvendo o benefício de previdência privada concedido pela Companhia, deduzidos dos valores de IRPJ(25%) e CSLL(9%) diferidos sobre tais valores.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

Provisões para benefícios emprego/pós emprego	2021	2020
Passivo Circulante		
Plano de saúde - aposentados - curto prazo	2.515.627	776.781
Longo Prazo		
Plano de saúde - aposentados - longo prazo	2.536.124	-
Benefício previdência privada conforme laudo atuarial - longo prazo	1.422.762	5.362.395
Total	**6.474.513**	**6.139.176**

19.1 Benefícios a empregados
Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os empregados, tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral e Auxílio Portador de Deficiência
Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

19.2 Benefícios a aposentados
A Companhia concede assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho sendo que a permanência no plano implica no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabe ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas.
Em 31/12/2021 a contraproposta da Companhia para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho estava em fase final de aprovação e nela o benefício em questão teve o término definido para 09/01/2024, o que justifica a inexistência de benefício pós emprego para os empregados ativos que vierem a se aposentar. A Companhia provisionou em 31/12/2021, as despesas com assistência médica aos aposentados até o final da vigência de tal benefício, num total de R$ 5.051.751.
O seguro de vida contratado pela Companhia apenas para empregados e aposentados optantes é totalmente reembolsado pelos aposentados segurados, não cabendo provisionamento de valores.

19.3 Previdência Privada
A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar denominada Previcel – Previdência Privada da Celepar. Tal entidade não possui fins lucrativos e foi constituída através da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996. Tem a finalidade de garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a empregados da Celepar e participantes, por meio do plano de benefício definido. O Plano Básico de Benefícios da Previcel encontra-se na situação de superávit técnico, apresentando em 31/12/2021 superávit de R$ 9.619.099.
A empresa Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários Ltda, CNPJ 15.489.945/0001-96, realizou por demanda da Celepar, estudo atuarial com consequente emissão de Relatório de Avaliação Atuarial relativo ao Plano Básico de Benefícios da Previcel, contendo os resultados da avaliação atuarial procedida (dados em 31/12/2021 e 31/12/2020) com base nas regras ditadas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, anexo à Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012. Para a elaboração do relatório atuarial foram utilizados dados cadastrais individuais do Plano Básico PREVICEL posicionados em 31/10/2021.
As obrigações atuariais apresentadas no relatório da Data A foram calculadas com o uso do método de Crédito Unitário Projetado e representam uma medida das condições financeiras estimadas do plano de benefícios para uma data particular.
Os resultados da Avaliação Atuarial de 2021 podem assim ser resumidos:

Exercício fiscal finalizado em	31/12/2020	31/12/2021
Informações a respeito da moeda		
1. Moeda local	R$	R$
2. Moeda para reporte	R$	R$
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	325.868.863	418.308.655
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	9.618.000	8.005.246
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
3. Custo dos juros	-	31.414.980
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(10.197.689)	(11.128.713)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	4.235.151
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(59.931.152)	(47.410.757)
c. Efeito da experiência do plano	128.901.511	(32.526.664)
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	418.308.655	370.897.898
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	405.456.557	412.946.261
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	29.922.694	31.012.264
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	-	4.116.490
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	-	4.235.151
c. Benefício pago pelo plano	(10.197.689)	(11.128.913)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(12.235.302)	(71.706.316)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	412.946.261	369.475.137
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		
1. Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano anterior	79.587.694	-
2. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	-	-
3. Redimensionamento	-	-
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)	(79.587.694)	-
4. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
5. Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano	-	-
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	418.308.655	370.897.898
2. Valor justo do ativo do plano	412.946.261	369.475.137
3. Situação financeira do plano	5.362.395	1.422.761
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	-	-
5. Passivo / (Ativo) líquido	5.362.395	1.422.761
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	9.618.000	8.005.246
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	9.618.000	8.005.246
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	24.049.122	31.414.980
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(29.922.694)	(31.012.264)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	(5.873.572)	402.716
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	3.744.428	402.716
6. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(59.931.152)	(47.410.757)
c. Efeito da experiência do plano	128.901.511	(32.526.664)
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	12.235.302	71.706.316
e. Rendimento sobre o direito reembolsável (deduzido dos juros sobre o direito reembolsável)	-	-
f. Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)	(79.587.694)	-
g. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	1.617.967	(8.231.104)
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	5.362.395	176.857
F. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	-	(5.362.395)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	3.744.428	8.407.962
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	1.617.967	(8.231.104)
4. Outros eventos significativos	-	-
a. Transferência líquida entrada / (saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão / alienação)	-	-
b. Valor reconhecido decorrente de fusão de plano	-	-
5. Fluxos de caixa	-	-
a. Contribuição paga pela empresa	-	(4.116.490)
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa	-	-
6. Crédito decorrente de reembolso	-	-
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	5.362.395	1.422.762
G. Segregação da obrigação de benefício definido		
1. Valor da obrigação de benefício definido pela situação do participante		
a. Ativos e Autopatrocinados	267.423.029	229.253.822
b. Diferidos	1.527.982	-
c. Aposentados e pensionistas	149.357.644	141.644.076
d. Total	418.308.655	370.897.898
H. Principais premissas atuariais		
1. Taxa nominal de desconto	7,51%	8,48%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	Tabela por faixa etária 2020	Tabela por faixa etária 2020
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,30%	3,30%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,30%	3,30%
5. Tábua de mortalidade	AT 2000 Feminina	AT 2000 Feminina
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	30,56	
2. Aposentadoria daqui a 15 anos (idade atual 40 anos)	29,93	
I. Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas		
1. Taxa nominal de desconto		
a. Taxa nominal de desconto + 0,5%	7,01%	8,48%
Efeito no valor presente das obrigações	(36.962.374)	(31.434.165)
b. Taxa nominal de desconto - 0,5%	8,01%	9,48%
Efeito no valor presente das obrigações	31.320.238	27.708.597
J. Fluxos de caixa esperados para o próximo anos		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	4.552.065	4.252.334
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	14.017.126	11.636.401
Ano 2	14.306.004	12.032.038
Ano 3	14.996.415	12.393.000
Ano 4	15.362.810	12.764.790
Ano 5	15.783.422	13.147.733
Próximos 5 anos	86.599.258	69.803.100

20. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas conforme detalhamento:

Seguro	Vigência	Cobertura máxima
Seguro de Responsabilidade Civil	03/09/2021 à 03/09/2022	15.000.000
Seguro Patrimonial	18/03/2021 à 17/03/2022	160.762.914
Seguro de Vida	01/11/2019 à 31/10/2023	112.132.824
	Total	287.895.738

21. RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na CPC 30 item 8B, apresenta-se o detalhamento da receita bruta tributável:

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**346.169.603**	**313.198.113**
Receita de Serviços Prestados	346.169.603	313.198.113
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(61.431.725)**	**(54.746.513)**
Impostos sobre serviços	(17.255.491)	(15.457.646)
PIS Não Cumulativo	(4.574.300)	(4.012.862)
COFINS Não Cumulativo	(21.069.559)	(18.483.544)
COFINS Cumulativo	(2.053.836)	(2.095.099)
PIS Cumulativo	(444.993)	(453.934)
Contribuições Previdenciárias	(15.556.149)	(14.086.870)
Descontos Incondicionais	(477.397)	(156.558)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**284.737.878**	**258.451.600**

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas da Companhia estão assim compostas:

Despesas Gerais e Administrativas	2021	2020
Despesas com Pessoal	31.619.337	32.046.852
Despesas com hardware e software	4.030.972	3.993.161
Despesas com materiais e serviços de informática e impressão	131.723	240.991
Despesas tributárias	483.176	310.386
Despesas serviços administrativos, manutenção e outras desp. gerais	15.308.703	14.494.312
Total	**51.573.911**	**51.085.702**

23. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo de outras despesas/receitas operacionais está composto da seguinte forma:

Outras Receitas Operacionais	2021	2020
Reversão de provisões	5.490.402	3.349.975
Recuperação de custos	533.810	473.718
Outras receitas eventuais	-	817.321
Total	**6.024.212**	**4.641.014**

Outras Despesas Operacionais	2021	2020
Perdas de capital e outras	(20.289)	(591.187)
Perdas de natureza civel	(5.460.738)	-
Perdas de natureza trabalhista e tributária	(37.295)	(86.987)
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa-processo Previcel	(3.977.049)	-
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa-clientes	(1.266.478)	-
Provisão p/ Benefícios Emprego e Pós Emprego	(8.566.442)	(3.744.427)
Provisão para Acordo Coletivo de Trabalho	(7.749.775)	-
Provisão Processos Tributários e outras ações	(42.779)	(107.221)
Total	**(27.120.845)**	**(4.529.822)**
Total Outras (Despesas) Receitas Operacionais	**(21.096.633)**	**111.192**

24. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia têm a seguinte composição:

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimento e valorização de aplicações financeiras	4.948.181	1.141.552
Variações monetárias ativas	1.350.048	3.480.561
Descontos e juros auferidos	873.622	114.517
JCP e outras receitas financeiras	17.166	18.986
Total	**7.189.017**	**4.755.616**

Despesas Financeiras	2021	2020
Descontos financeiros concedidos	(466)	(4)
Juros e taxas	(18.073)	(263.539)
Total	**(18.539)**	**(263.543)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 27/04/2021 foi aprovada na 83ª Assembleia Geral Extraordinária a proposta de remuneração global dos Administradores, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Indicação e Avaliação e de Auditoria Estatutário da Companhia, no valor global de R$ 4.675.313 para o período de maio de 2021 a abril de 2022. A aprovação para tal remuneração global para o período de maio de 2020 a abril de 2021 já havia se dado na 79ª Assembleia Geral Extraordinária em 24/04/2020 com o valor global de R$ 4.439.949. A remuneração individualizada em 2021 de cada administrador da Companhia pode ser consultada em http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/orgao=CELEPAR.

A Companhia presta serviços para alguns de seus acionistas, apresentando a posição abaixo no exercício 2021:

CNPJ do Acionista	Razão Social	Valor faturado em 2021 (R$)	Valor dos Recebimentos em 2021* (R$)	Saldo do Contas a Receber em 31.12.21* (R$)
76.483.817/0001-20	Companhia Paranaense de Energia	1.036	333	680
76.417.005/0001-86	Município de Curitiba	10.172.750	10.178.966	10.188
76.494.459/0001-50	Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar	42.237	27.804	12.443
	Total	**10.216.023**	**10.207.103**	**23.311**

*valor dos recebimentos e saldo do contas a receber: valor líquido de retenção de impostos

Embora a Companhia preste serviços para diversos órgãos do governo estadual, não possui nenhum contrato cujo cliente apresente o mesmo número do CNPJ de seu acionista Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28). Todos os serviços prestados para seus acionistas ocorrem nas mesmas condições e preços que os praticados com os demais clientes.

A remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio) de acordo com a participação acionária, apresentou a seguinte situação em 2021:

CNPJ do Acionista	Razão Social	JCP Bruto 2021	JCP 2021 líquido de IRRF	JCP 2020 pagos em 2021
76.416.940/0001-28	Estado do Paraná	5.681.847	5.681.847	-
11.316.322/0001-60	Fundo de Desenvolvimento Econômico	228.176	228.176	-
01.425.787/0001-04	Redecard S/A	87.302	74.207	-
76.417.005/0001-86	Município de Curitiba	114	114	-
76.484.013/0001-45	Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar	2.075	1.764	-
76.440.833/0001-35	Fundação Celepar	11	9	-
76.483.817/0001-20	Companhia Paranaense de Energia	11	9	-
76.494.459/0001-50	Cia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar	464	395	-
	Total	**6.000.000**	**5.986.521**	**-**

Em 2021 não houve pagamento dos juros sobre capital próprio (JCP) creditados em 2020 aos acionistas pois seu valor líquido de R$ 4.988.767 foi integralmente revertido para a Reserva para Aumento de Capital conforme deliberação da 58ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 27/04/2021.

Os juros sobre capital próprio (JCP) referentes ao exercício 2021, com valor líquido de R$ 5.986.521 (R$ 4.988.767 em 2020) dependem de deliberação da Assembleia Geral para efetivo pagamento aos acionistas ou reversão para Reservas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Victorino de Moura
Diretor-Presidente

Pedro Carlos Carmona Gallego
Diretor Administrativo Financeiro

André Luiz Baüml Tesser
Diretor Jurídico

Anibal André Antunes Mendes
Diretor de Tecnologia

João Luiz Marques Guimarães
Diretor de Mercado

Glaucio Baduy Galize
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Aurélio Bonato
Diretor de Infraestrutura e Operações

CONTADORA

Eli Margarete Winter
CRC-PR 062044/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONSULT AUDITORES

Aos Diretores e aos Administradores da
Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2021, sem modificações.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2021, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciação dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Contábeis.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 22 de março de 2022, nossa opinião é de que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral.

Curitiba, 28 de março de 2022.

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Conselho

João Evaristo Debiasi
Conselheiro

Luísa Regina Mazer
Conselheira

PARECER AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, no exercício de suas competências e atribuições legais, conforme previsto no Regimento Interno do CAE e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos profissionais da Consult Auditores Independentes, entende que as Demonstrações Contábeis da Celepar, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representam de forma adequada, de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no país, a correta situação patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, portanto, por unanimidade, sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2022.

João Luiz Barbur Madalozzo
Presidente do Comitê

Lineu Edison Tomass
Membro do Comitê

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da companhia e o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram submetidos pela Diretoria Executiva à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovados por unanimidade na 28ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 28/03/2022, na 240ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 28/03/2022 e na 360ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, realizada em 30/03/2022.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Victorino de Moura
Diretor-Presidente

André Luiz Bäuml Tesser
Diretor Jurídico

Glaucio Baduy Galize
Diretor de Gestão de Pessoas

Pedro Carlos Carmona Gallego
Diretor Administrativo-Financeiro

Anibal André Antunes Mendes
Diretor de Tecnologia

João Luiz Marques Guimarães
Diretor de Mercado

Marco Aurélio Bonato
Diretor de Infraestrutura e Operações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eias de Oliveira
Presidente do Conselho

Leandro Victorino de Moura
Conselheiro

Tânia Volkmann
Conselheira

Fábio Alexandre Pazzeto Arruda
Conselheiro

Allan Marcelo de Campos Costa
Conselheiro

Guaracy Andrade
Conselheiro